

2014/04/26

Ainda é possível salvar a Ucrânia?

Alexandre Reis Rodrigues

Os EUA continuam a debater-se com a procura de respostas credíveis à pergunta sobre o que deverá ser feito para deixar claro a Putin que, se mantiver a mesma linha de interferência nos assuntos internos da Ucrânia, então terá que enfrentar custos elevados. Se, por um lado, Washington não reconhece a anexação da Crimeia como facto consumado e condene em termos duros a ameaça latente de uma nova intervenção russa nas províncias orientais da Ucrânia, por outro lado, ainda não anunciou qualquer medida com o potencial necessário para levar Moscovo a acertar uma política de estabilização da Ucrânia, em termos aceitáveis para todas as partes.



As sanções estão longe da configuração abrangente adotada no combate às redes de terrorismo internacional e crime organizado, a modalidade que foi usada também para o Irão e que acabou por levar Teerão à mesa das negociações. Podem, apesar disso, estar a ter um efeito “arrefecedor” da economia russa,¹ hoje distante do nível de crescimento da última década, mas ainda estão longe de um patamar que possa verdadeiramente preocupar Putin.² O reforço da presença militar da NATO nos Países potencialmente mais afetados pela crise, quer no que se refere ao dispositivo de controlo do espaço aéreo, quer na realização de exercícios militares na Polónia, tem uma dimensão puramente simbólica.³

O vice-presidente americano, Joe Biden, na visita a Kiev (22 de abril), em termos substantivos, não adiantou muito mais. Ofereceu apoio técnico a reformas do setor económico e energético e prometeu ajudar a diminuir a dependência energética dos Países da periferia russa em relação a Moscovo, cooperando na diversificação das suas fontes de abastecimento. Não é claro, no entanto, o que poderá fazer Washington nesse campo. Mesmo que tenha espaço de manobra para alterar a situação, nenhuma das medidas anunciadas é suscetível de ter um impacto direto relevante na evolução da situação. Muito menos no curto prazo, que é o que, em primeira instância, importa considerar à luz das eleições presidenciais de maio, que Moscovo procurará inviabilizar ou desacreditar, fomentando a instabilidade.

¹ A agência internacional de cotações baixou a avaliação da Rússia para um nível apenas um degrau acima de “lixo”. Para um País com aspirações a potência mundial é uma classificação pouco abonatória.

² A Europa, em especial a Alemanha, tem dificuldades relevantes em apoiar um regime mais duro de sanções não obstante Merkel tenha defendido que a União Europeia deve passar à terceira fase de sanções. Numa situação de muito fraco crescimento económico receiam-se os impactos de uma confrontação económica com a Rússia. Só na Alemanha são 6000 empresas que têm investidos 20 mil milhões de euros na Rússia.

³ Resumem-se a 600 efetivos da 173 Airborne Brigade Combat Team, para a realização de exercícios ao nível de companhia na Polónia e nos três países bálticos, para além de 22 aviões (12 F-16 e 10 F-15) para “policiamento” do espaço aéreo.

Este é, certamente, o primeiro objetivo de Putin. O segundo é reunir justificações para uma intervenção militar, em nome da defesa e proteção de cidadãos ucranianos ameaçados por Kiev, possibilidade que deixou em aberto em conferência de imprensa, lembrando que tem autorização do Conselho da Federação Russa (a Câmara Alta do Parlamento) para usar a força. O terceiro objetivo será fazer avançar uma solução de federação para a organização do estado ucraniano.

Os dois primeiros objetivos estão a ser alcançados pelo fomento da instabilidade e colocação do atual Governo sob um dilema difícil de resolver. Ou intervém para impor a ordem e fazer voltar a normalidade onde os separatistas passaram a controlar, com o "assalto" a edifícios governamentais, ou contemporiza com a situação. No primeiro caso, arrisca uma escalada de confronto que é precisamente o que Moscovo espera para intervir a seguir.⁴ No segundo caso, estará a dar um sinal de indecisão e incapacidade que acabará por poder funcionar como uma espécie de "convite" para os separatistas irem mais longe e enfurecerá o cidadão comum, que não pretende fazer opções mas que exige, no mínimo, segurança.

A agravar as dificuldades Kiev tem o problema de não estar seguro sobre a lealdade das Forças Armadas e das Forças de Segurança, nem mesmo nas tropas de elite, como se verificou na tentativa falhada de recuperar o controlo de um quartel da polícia em Slovyansk (onde se tentou usar a Unidade Alfa de forças de operações especiais). Depois de décadas de cooperação com as forças homólogas russas e o seu recente emprego, sob as ordens de Yanukovich, ainda enquanto Presidente, na repressão das milícias pró-ocidentais, é natural que surja alguma confusão com ordens para atuarem precisamente ao contrário.

Num País que não dispõe de instituições minimamente consolidadas, muitos dos membros das Forças Armadas e de Segurança poderão não ter ideias claras sobre a quem devem, afinal, lealdade. Aliás, acontece o mesmo com os Serviços de Segurança que se presumem infiltrados por agentes com simpatias pró-Moscovo. A última evidência desta situação veio com o facto de todo o mundo ficar a saber, em cima do acontecimento, da visita secreta a Kiev do diretor da CIA, Joe Brennan, sobre a qual Moscovo não perdeu tempo a pedir explicações.⁵

A alternativa de recorrer à organização de milícias populares, que alguns políticos ucranianos tentam seguir, para torneir a falta de confiança nas forças de segurança e defesa, não augura nada de positivo. Sabemos bem, por outras experiências recentes, do caos em que resulta este tipo de iniciativas (Iraque, Líbia, Síria, etc.). Os ucranianos se não sabem estão a aprender com os problemas que estão a levantar as milícias do "*Right Sector*", o movimento ultra-nacionalista de extrema-direita responsável pela maioria das ações que levaram à queda de Yanukovich e que agora tem fações que recusam submeter-se à autoridade de Kiev. O mesmo poderá vir a acontecer com o "*National Resistance Movement*" criado por Julia Timoshenko, que se tem oposto ao emprego das Forças Armadas para "combater" as milícias separatistas.

⁴ Depois de uma intervenção na região de Slovyansk ter provocado seis mortos, Kiev anunciou uma suspensão das operações sob a recolha de informações de que a situação estaria a desencadear preparativos russos para intervir.

⁵ Este problema é mais geral. Em Donetsk, os tribunais recusaram julgar os manifestantes separatistas, conforme pediam os procuradores.

A questão de emprego das Forças Armadas está, de facto, envolta em várias dificuldades logo a começar pela situação extremamente precária do seu material.⁶ No entanto, nenhuma delas, salvo a da sua lealdade ao regime provisório instalado em Kiev, devia ser obstáculo para operações de desalojamento dos “separatistas” que ocupam edifícios do Estado, que não terão um elevado nível de exigência militar. A lealdade não está garantida, como ficou comprovado pelo pedido de demissão do ministro da Defesa, perante “hesitações” da unidade militar incumbida de recuperar edifícios ocupados, e pela deserção do almirante chefe da esquadra ucraniana que passou para o lado russo ainda antes da anexação da Crimeia, acompanhado por muitos oficiais. Este foi um dos aspetos a que se ficou a dever a facilidade com que a perda da Crimeia se concretizou.

A questão principal é de saber como será possível salvar a Ucrânia. A solução mais falada é a da adoção de um regime federal. Parece atrativa, ou pelo menos a mais sensata, dadas as divisões internas do País. Se não é possível pôr-lhes fim, a única saída será criar instituições que acomodem os diferentes interesses de uma forma transparente para todas as partes. Oleksander Turchinov, Presidente interino da Ucrânia, não rejeita a possibilidade de realizar um referendo sobre essa hipótese, eventualmente em conjunto com as eleições presidenciais previstas para Maio. De facto, descentralizar, quer sob a forma de federação ou de regionalização, é o que o Ocidente sugere e o atual governo ucraniano promete através de um debate nacional sobre as reformas constitucionais, processo a concluir até outubro. É também o que Moscovo diz defender, mas entrando em detalhes a situação complica-se.

Para já, Moscovo ignora a proposta de Kiev para a realização de um referendo. Compreende-se que não queiram pronunciar-se, sob o argumento formal de que não reconhecem legitimidade aos atuais dirigentes ucranianos. Presume-se, no entanto, que a verdadeira razão decorra da preferência de que esse desfecho surja da rua, como resultado da insubmissão da população das províncias do leste e sul ao domínio de Kiev, o que tem vindo a ser fomentado com a ajuda de agentes infiltrados. É uma forma de ganhar espaço negocial que não é certo um referendo possa proporcionar-lhes.

O que a Rússia pretende, como se disse acima, parece ser semelhante na forma ao que sugere o Ocidente, mas, no que se refere ao conteúdo, receiam-se diferenças substanciais, encobertas pela “roupagem” de uma linguagem comum. Há vários riscos a ter em conta. O primeiro é o da ideia de descentralização poder ser levada ao extremo de colocar o Governo central em Kiev num estatuto apenas cerimonial. Se Moscovo consegue influenciar o processo de forma a dar às regiões competências no campo económico e de política externa – como consta ser o que defendem – então teremos a Ucrânia sob o perigo de dissolução e subsequente absorção, pelo menos parcial, pela Rússia.

⁶ Custa a crer mas tem sido referido na imprensa internacional que não fosse a “generosidade” de Kolomoysk, um milionário ucraniano que cedeu cinco milhões de dólares para aquisição de combustível e baterias para as viaturas do Exército, o Governo não teria conseguido ajustar a prontidão das forças à gravidade da situação e reorientar o dispositivo militar para leste. Embora já tenha começado o processo de transferência das unidades navais ucranianas de Sebastopol para Odessa, parte importante da aviação militar (Su-27 e Mig 29) ainda se encontra baseada na Crimeia, portanto, indisponível para emprego.

O segundo risco é o da interpretação a dar ao pretendido estatuto “neutral” que Moscovo quer que a Ucrânia assuma. Pelo que tem transparecido, para Putin isso deverá corresponder a um regime político que defenda os estratos da população que falam russo e não-alinhado com o Ocidente. É um conceito “novo” de neutralidade a funcionar apenas num sentido, ou seja, uma forma de “minar”, a seu favor, as bases de uma solução federal. Portanto, mais um passo para “eternizar” a natureza de um problema que deveria ser apenas interno da Ucrânia num confronto sério por zonas de influência entre a Rússia e os EUA, com a possibilidade forte de a Ucrânia se desintegrar.

Impedir esse desfecho depende sobretudo de os ucranianos conseguirem pôr termo ao ciclo de mudanças de governo que, na prática, são pouco mais do que transferências desajeitadas de poder entre os dois blocos em que o País se divide. Se Yanukovich liderava o País com um governo em que 75% dos ministros representava o sul e leste da Ucrânia, o atual governo, precisamente ao contrário, inclui apenas dois ministros das regiões próximas da Rússia. Estas soluções acentuam as divisões internas e incentivam o interesse externo em olhar para o governo instalado como a melhor via para “puxar” a Ucrânia para a sua esfera de influência, que é o que tem acontecido. Vai ser difícil aos ucranianos libertarem-se deste ciclo. É por isso que não se alimentam esperanças de ver esta crise sair proximamente da agenda internacional.